

**N.F. Nº.** - 298958.0015/17-3  
**NOTIFICADO** - SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA.  
**NOTIFICANTE**- JOSMAN FERREIRA CASAES  
**ORIGEM** - IFEP NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 27.04.2021

#### **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0139-06/21NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. A praxe desta Secretaria da Fazenda, quando intima o contribuinte da lavratura de Auto de Infração ou de Notificação Fiscal, é enviar via Correios – juntamente com a intimação -, cópias de todos os elementos de prova que consubstanciaram o ato administrativo, principalmente o levantamento de apuração. Não é possível provar a veracidade da alegação defensiva, de não recebimento do demonstrativo quando da notificação da lavratura, pois o contribuinte não juntou aos autos qualquer documento nesse sentido, ainda que uma petição simples à autoridade administrativa competente dando conhecimento dos fatos e solicitando providências Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada no dia 28/06/2017 para formalizar a constituição de crédito tributário no montante de R\$6.016,51, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, sob a acusação de falta de recolhimento nos prazos regulamentares do imposto devidamente escriturado nos livros próprios. Embora a imputação diga respeito a ocorrências de todos os meses de 2016 (demonstrativo de fl. 03), a data de ocorrência consignada na peça inicial foi 31/12/2016.

O contribuinte ingressa com justificação às fls. 11 a 13 em 18/08/2017.

Protesta contra o fato de que, no dia em que os Correios o notificaram da lavratura (19/07/2017, fls. 08/09) não foram entregues os demonstrativos da auditoria, dos quais somente tomou conhecimento na data de 17/08/2017, quando se dirigiu à DAT/NORTE, na cidade de Feira de Santana.

Anteriormente, teria procurado a inspetoria com tal finalidade (não informou qual), mas lhe foi dito que o PAF (Processo Administrativo Fiscal) não estava no local.

Tal situação teria prejudicado o seu direito à ampla defesa, motivo pelo qual pugna por reabertura de prazo.

Solicita que a PGE/PROFIS se manifeste quanto ao referido pedido, protesta pela produção de provas e conclui pleiteando o acolhimento das razões contestatórias.

Na informação fiscal, de fls. 22/23, o autuante salienta que não foram apresentados argumentos de mérito, razão por que mantém o lançamento.

## VOTO

Não há qualquer dúvida jurídica a ensejar a necessidade de participação da PGE/PROFIS na presente lide.

A praxe desta Secretaria da Fazenda, quando intima o contribuinte da lavratura de Auto de Infração ou de Notificação Fiscal, é enviar via Correios – juntamente com a intimação -, cópias de todos os elementos de prova que consubstanciaram o ato administrativo, principalmente o levantamento de apuração, que no presente caso se encontra à fl. 03.

Trata-se de um demonstrativo simplório, em que são apuradas as diferenças dos valores consignados em uma coluna como IMPOSTO ESCRITURADO e aqueles lançados em outra como EFETIVAMENTE PAGOS.

Cuida-se, basicamente, de débitos declarados e recolhidos a menor.

Não é possível provar a veracidade da alegação defensiva, pois o notificado não juntou aos autos qualquer documento nesse sentido, ainda que uma petição avulsa à autoridade administrativa competente dando conhecimento dos fatos e solicitando providências.

Além disso, é de causar estranheza que somente quase um mês após ter sido notificado (17/08/2017, em relação a 19/07/2017) é que tenha adotado a providência que, segundo alegou, efetivamente resultou na entrega da planilha de apuração de fl. 03.

Em face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **298958.0015/17-3**, lavrada contra **SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.016,51**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR